

Ato de lançamento da candidatura de Everton Gimenis à presidência da CUT-RS

24/04/2017



O ato de lançamento da candidatura do companheiro Everton

Gimenis, à presidência da CUT-RS, acontecerá no próximo dia 30 de abril, às 18h30, na sede do Sindicato dos Petroleiros. Gimenis será o candidato da CSD – Cut Socialista e Democrática no 13º Congresso Estadual da CUT-RS, que acontecerá no dia 25 de maio.

Leia abaixo a tese da CSD ao 13º Cecut-RS.

CUT Socialista e Democrática – CSD corrente interna à CUT

Em meio à crise mundial do neoliberalismo, um novo ciclo de desenvolvimento no Brasil

Vivemos um momento internacional de crise do neoliberalismo. Ela significa o fim de uma hegemonia longa de cerca de 30 anos. Sua origem é eminentemente financeira e concentrou-se fortemente nos países centrais. Em seguida, a crise financeira ampliou-se à dívida pública (socialização pública dos prejuízos privados) e à produção (redução e contração da atividade produtiva, da renda e do emprego). São dimensões que atingem fortemente a Europa. E não está apresentada alguma perspectiva de curto prazo para sua reversão.

A democracia burguesa – principalmente as democracias europeias – está fortemente ameaçada pela ânsia devastadora do capital em busca da sobrevivência do sistema. As soberanias nacionais e o poder decisório dos seus povos são descartados diante da imposição autoritária do centro de poder do mercado europeu. Um novo tipo de ditadura do capital tem sido forjado em nome do euro.

Para o movimento sindical – bem como para todo o bloco histórico que compomos –, é importante destacar que o fim de uma longa hegemonia não é imediatamente substituída por outra. Entre o fim de um longo ciclo do capitalismo e o início de outro, há uma transição crítica. No século XX, duas viradas históricas foram marcadas por embates na luta de classes, tanto em escala internacional quanto no interior dos países: em 30 e no final dos anos 70. No Brasil, essas duas viradas tiveram enorme importância e, combinadas com a dinâmica interna da luta de classes, permitiram momentos excepcionais de mudança de curso no país. Em 30, assentam-se as bases iniciais do nacional-desenvolvimentismo; nos anos 80, desenvolve-se a maior construção política da classe trabalhadora já vista em nosso país, com o PT e a CUT sendo erguidos em meio à crise nacional.

Perceber, agora, que estamos no fim de uma onda longa e que existe um momento de disputa de um novo período é fundamental para agirmos nesse momento crucial de definição de oportunidades históricas. Existe um sentido centrífugo da crise: há tensões de deslocamento do centro do sistema, maior espaço para caminhos singulares e próprios abertos pela crise, criação de zonas com um grau maior de autonomia. A crise não implicou, no entanto, em deslocamentos fundamentais entre as classes nos países até agora chamados de “centrais”, mas elas se dão pelo menos em alguns espaços geopolíticos, como a América Latina.

Esse entendimento do caráter da crise é diferente de generalizações como a ideia de que ocorre uma crise do capitalismo. Generalizar a crise dessa forma permite todo tipo de conclusão. Alguns interpretam de forma defensiva – até igualam a situação dos trabalhadores gregos à dos brasileiros – e outros ficam esperando a catástrofe final do sistema

O momento histórico é de avaliar o papel dos governos progressistas da América Latina. Devemos avaliar o alcance e os limites das políticas redistributivas em curso. Em diversas situações, estão ancoradas nos ganhos de produção primária. Parte dela está voltada para garantir um padrão de consumo de determinados produtos, hoje massificados, que colocam vários países na dependência de um alto nível de exportação.

No caso brasileiro, necessitamos retomar, em novos patamares, uma política industrial que não seja concentrada no incentivo e financiamento do investimento privado. É possível estabelecer uma atuação do Estado no setor produtivo, por exemplo, investindo na superação da histórica defasagem tecnológica. A construção de empresas públicas precisa fazer parte de um projeto de desenvolvimento no qual o setor público é soberano diante da iniciativa privada e não o seu contrário.

A eleição do terceiro mandato do bloco histórico comandado pelo PT corresponde a um novo período político marcado por dupla possibilidade: a plena superação do neoliberalismo e a construção de nova hegemonia no Brasil sob a direção dos socialistas democráticos. A nova hegemonia resultará da construção e realização do programa da revolução democrática. Chamamos de revolução democrática o conjunto do processo que considera o acúmulo das vitórias, o sentido democrático e a natureza desse bloco histórico, tendo a classe trabalhadora como eixo – e seu objetivo de constituir uma dinâmica favorável à transição socialista.

Para tal, é tarefa histórica nossa – a partir das possibilidades abertas no novo período – a construção de um Estado de solidariedade social, com igualdade de acesso aos bens culturais e sociais, com igualdade de gênero, multiétnico, com solidariedade de gerações, com reformas progressivas face à extremamente desigual distribuição de renda e da propriedade.

A CUT na construção do bloco histórico da revolução democrática

A CUT faz parte do bloco histórico da revolução democrática, ao influenciar a disputa por um novo Estado no Brasil, sua democratização, sua visão de desenvolvimento e ao legitimar-se como liderança social de um novo protagonismo popular.

Temos um alvo fundamental a atingir: superar a natureza liberal do Estado brasileiro, que mantém a correlação de forças fortemente favorável à classe dominante. A natureza liberal do Estado brasileiro é formada pelos privilégios rentistas, mercantis, tributários, patronais e de propriedade, patriarcais e racistas, formados na ausência ou na mitigação do princípio da soberania popular, em geral avessos aos princípios republicanos mais fundamentais.

A governabilidade conservadora deve ser substituída pela democracia participativa, através de ampla reforma política, que favoreça a participação popular como forma de governo.

A natureza liberal do Estado brasileiro fica evidenciada no peso e influência que tem o capital financeiro, núcleo das classes dominantes brasileiras. Os bancos continuaram acumulando recordes nas taxas de lucratividade. A redução do poder do capital financeiro e a afirmação quantitativa e qualitativa de um sistema financeiro público em conjunto com um Banco Central republicano (isto é, não subordinado aos bancos

privados) e voltado para a defesa da moeda, contra a especulação cambial e a agiotagem (juros), mas, também, para a defesa do emprego e da construção do desenvolvimento nacional e de nova regulação internacional sobre os capitais. Esse processo é fortalecido no nosso terceiro governo e é um dos seus mais importantes avanços.

Permanece, ainda, a reprodução de lógicas privatistas da gestão pública, como as Parcerias Público-Privadas (PPPs), as concessões de aeroportos, as terceirizações e mesmo a privatização da gestão da saúde em governos estaduais e municipais, com as OSCIPS e OS.

O sindicalismo combativo CUTista pode contribuir com o desenvolvimento da revolução democrática, à medida que tem o potencial de: a) unificar numa mesma plataforma as lutas por igualdade; b) pressionar o Estado a assumir a democracia participativa como forma de gestão da política econômica; c) propor uma nova relação entre a classe trabalhadora e o Estado; d) dirigir as lutas pela estruturação das condições de uma opinião pública democrática; e) fortalecer o caráter internacionalista da revolução democrática. A Plataforma da CUT pode ser atualizada nessa direção.

Queremos uma alternativa de civilização ao capitalismo, a ser construída com o povo brasileiro, democraticamente, que promova os direitos à igualdade, que saiba construir novos modos de organizar a vida social para além da mercantilização e do autoritarismo do capital.

A natureza liberal do Estado brasileiro deve ser substituída por outras fundamentações, que permitam construção de um Estado de Solidariedade, Feminista e Multiétnico, orientado pelos valores do socialismo democrático.

Unificar numa mesma plataforma as lutas por igualdade

Desde a sua fundação, a CUT traz para o centro do seu programa a compreensão de que a luta econômica não encerra a luta política. Os ganhos salariais, nesse sentido, não concluem a luta sindical. De outra forma, tais ganhos contribuem para legitimar o questionamento ao imperialismo, à hegemonia capitalista e às diversas formas de opressão.

É essa concepção sindical que permite relacionar a luta econômica com a busca de igualdade social e política. O feminismo, a igualdade étnica e a livre orientação sexual não são apêndices do programa, mas partes constitutivas dele, sem os quais as transformações perdem sua dimensão democrática, porque não é igualitária. Apenas para uma organização radicalmente democrática é possível instituir a igualdade de participação entre homens e mulheres em suas instâncias de direção, com o instituto da paridade entre sexos.

A participação popular na definição da economia política

É absolutamente estratégico para a soberania popular que a democracia participativa seja a forma de gestão democrática da política econômica. O planejamento democrático, o setor público hegemonicamente fortalecimento e a soberania popular são partes centrais do que chamamos de política econômica da democracia participativa.

Na economia, as diretrizes da revolução democrática devem trabalhar com as noções centrais de planejamento democrático e economia pública. Com o planejamento democrático, procuramos vincular as metas econômicas às escolhas democráticas do povo, seja na garantia de sua soberania econômica, nas prioridades definidas do desenvolvimento, na forma como o investimento e o avanço científico-tecnológico é produzido e apropriado, através da afirmação do princípio da valorização do trabalho que organiza a vida da maioria ou através da garantia da distribuição mais equitativa possível dos bens e serviços produzidos.

Por uma nova relação entre a classe trabalhadora e o Estado

Há um padrão de relação entre capitalistas e classe trabalhadora, ainda vigente no país, que é mais uma evidência da natureza liberal do Estado brasileiro.

A sobrevida das dimensões corporativas, herdadas da Era Vargas, foi instrumentalizada à serviço de maior acumulação capitalista nos anos da ditadura militar e levada a um grau de barbarismo nos anos de chumbo do neoliberalismo.

É imperativo que dimensionemos nossas potencialidades para propor uma nova relação entre a classe trabalhadora e o Estado, ou seja, com as suas instituições públicas garantidoras de direitos sociais e promotoras de políticas públicas. Esta nova relação busca superar as dimensões corporativas e mercantis que ainda estruturam, em grande medida, os direitos e as instituições das políticas sociais no Brasil.

Apesar da geração de empregos e das nossas conquistas em relação à valorização salarial (Política Nacional de Valorização do Salário Mínimo, Piso Nacional do Magistério, conquistas históricas nas negociações coletivas), permanece o quadro de ocupações com baixos salários, alto índice de rotatividade, precarização, terceirização, impactos negativos sobre a saúde do trabalhador, forte discriminação por sexo, etnia e idade e mecanismos de redução de direitos como o Fator Previdenciário e a não regulamentação da Convenção 151 da OIT (que estabelece o direito de negociação coletiva aos trabalhadores públicos).

Nossas bandeiras, reunidas na Plataforma da CUT, precisam tornar-se campanhas nacionais. Já provamos a possibilidade de, através de uma grande campanha nacional, conquistar direitos que impactam concretamente a vida da maioria da classe trabalhadora. Foi o caso da luta pela valorização do salário mínimo. A Direção Nacional da CUT tem o potencial de abrir um novo ciclo de campanhas nacionais, que enraizem-se em cada sindicato filiado, que alimentem expectativas da classe trabalhadora para as transformações em suas vidas. Como afirmou o presidente uruguaio, Pepe Mujica, “mudanças que o povo possa pegar com as mãos”.

Recentemente, os assentados da reforma agrária começam a potencializar novas relações sociais de produção. Um programa de reforma agrária deve combinar-se com um projeto amplo e histórico de construção da agricultura familiar e da soberania alimentando o povo brasileiro, incorporando os valores formados nas tradições dos movimentos camponeses, incorporando elementos do feminismo e integrando metas de financiamento, investimento científico-tecnológico, produção agrária e industrial e redes de distribuição. As mulheres têm uma forte participação na produção rural. Nosso programa deve incorporar na sua centralidade a visibilidade e valorização do trabalho doméstico e do cuidado realizado pelas mulheres rurais, que se traduz na sustentabilidade. As mulheres devem ser consideradas como sujeitas ativas e capazes da economia rural, efetivando a sua autonomia econômica. A juventude rural, por sua vez, demanda políticas públicas que garantam sua permanência no campo, em condições de estudar, qualificar-se para a produção agrícola e ter igualdade de tratamento no acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica.

A CUT reúne a maior parcela da militância sindical que luta por reforma agrária e que tem contribuído com os avanços recentes na construção do novo modelo de desenvolvimento rural no país. Dirigindo o campo CUTista do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais, fortaleceremos a luta por mudança dos índices de produtividade e o combate à violência no campo. O poder de desapropriação de terras onde for encontrado trabalho escravo – se aprovada a PEC do Trabalho Escravo – provocará uma mudança qualitativa na relação do Estado com a propriedade. Podemos imprimir grandes vitórias sobre o bloco liberal-conservador em sua versão ruralista. Para tanto, a CUT tem a urgente tarefa de unificar sua base agrária em torno de campanhas com este fim.

Devemos realizar, em todos os estados, encontros da militância cutista das áreas rurais e dos Territórios da Cidadania. A partir de tais encontros, as direções das estaduais da CUT poderão articular suas ações com o desenvolvimento do programa Brasil Sem Miséria. Tal programa tem três eixos fundamentais: transferência de renda, acesso aos serviços públicos e inclusão produtiva. É uma grande oportunidade de ampliarmos o potencial da CUT de representar e organizar a maioria da classe trabalhadora do país. A nova classe trabalhadora, em ascensão, tem emergido de iniciativas como essas, de participação nos Territórios e a partir de programas de combate à pobreza e inclusão produtiva.

Para o objetivo histórico da CUT, que é representar e organizar a maioria da classe trabalhadora brasileira, precisamos atualizar a estratégia de organização da juventude. Desafiaremos os sindicatos CUTistas a

desenvolver formas de organização sindical que agreguem jovens trabalhadores/as que não estão em suas bases sindicais. Jovens trabalhadores que estão na informalidade, em busca de emprego e em formação profissional estão excluídos das organizações representativas da classe trabalhadora.

Por condições estruturais para uma opinião pública democrática

A construção de um programa da revolução democrática deve necessariamente caminhar para a formação de uma comunicação pública.

A CUT trouxe para o primeiro plano da luta sindical a defesa de uma comunicação pública e democrática. Nossa Central tem o potencial de dirigir a mais ampla luta pela formação das condições estruturais de uma opinião pública democrática no Brasil.

Fortalecer o caráter internacionalista da revolução democrática.

Temos consciência que há forte relação entre o processo em curso no Brasil e a atual crise liberal de direção e de dominação do sistema mundial. O sindicalismo combativo CUTista tem se comportado, nesse novo período político, como articulador e divulgador da experiência brasileira junto ao movimento sindical internacional, particularmente nas Américas.

Com efeito, tem contribuído para fortalecer e atualizar uma visão internacionalista das lutas da classe trabalhadora. O aspecto mais fundamental é a pressão pública para que os governos progressistas que ascenderam em países latinoamericanos assumam plataformas sociolaborais que visem a superação completa do neoliberalismo. Aspectos como a regulação pública do trabalho, a liberdade sindical plena e a desmercantilização dos direitos sociais e das políticas públicas estruturam tais plataformas.

Por meio da CSA, a atuação CUTista tem incidido para que a integração latinoamericana não se limite aos aspectos estruturais e econômicos. Nossa atuação sindical internacionalista busca promover uma real integração dos povos, com redução das assimetrias, não só de infra-estrutura, mas de condições de trabalho e de vida, convertendo-se, assim, num real processo de desenvolvimento regional.

O bloco na rua

O bloco social e político do qual a CUT faz parte se contrapõe antagonicamente ao bloco liberal-conservador, consecutivamente derrotado em nosso país e em grande parte dos países latinoamericanos.

As alianças construídas pela CUT não devem ocorrer de forma fragmentada, mas coerente com a nossa estratégia diante do novo período. Precisamos sempre estabelecer pontos de contato entre iniciativas com algum movimento social, em particular, com as coalizões construídas em conjunto com diversos movimentos. A Coordenação dos Movimentos Sociais – CMS – é estratégica para a conformação dessa coalizão de movimentos que impulsionam a revolução democrática brasileira.

O sentido das alianças é fazer avançar as tarefas no rumo das mudanças. Para tanto, é imperativo que a CUT redimensione a aposta na CMS. Significa maior centralidade da direção da CUT, engajamento de maior número de dirigentes nacionais, organização da pauta política em nossas instâncias e responsabilização de dirigentes em todas as estaduais da Central. O objetivo central deve ser o aumento do protagonismo da CUT na construção da CMS, tanto nacional, quanto estadualmente.

Não cabe na estratégia da CUT a construção de alianças, mesmo que pontuais, com setores orgânicos do bloco liberal-conservador. Nenhuma das tarefas estratégicas da CUT necessita de unidade com setores do empresariado nacional. Não é com o empresariado que fortaleceremos o setor público, nem democratizaremos o Estado, muito menos as relações de trabalho. Será a partir do confronto com os seus interesses que conquistaremos a democratização das relações de trabalho e a redução da jornada de trabalho, o fim do Fator Previdenciário, a recuperação do poder de compra das aposentadorias, a ratificação das Convenções 158, 156 e 189 da OIT, a atualização dos índices de produtividade, dentre outras bandeiras

históricas da classe trabalhadora brasileira.

Nossas alianças sociais e políticas se orientam por essa direção. Com liberdade e autonomia, celebraremos a vitalidade de 30 gloriosos anos bem vividos, no combate. E cantaremos a alegria de sermos eternos aprendizes da construção conjunta, democrática e solidária, do mundo no qual desejamos viver.

Conjuntura Estadual

O fato marcante da conjuntura estadual dos últimos anos, no Rio Grande do Sul, foi, sem dúvida, a vitória de Tarso Genro no primeiro turno, para o Governo do Estado, numa aliança com partidos que historicamente vêm compondo a Frente Popular, PCdoB e PSB.

Ao derrotar Yeda Crusius e seu governo neoliberal, cujos principais feitos foram a disseminação da corrupção, o desmonte do aparelho de Estado, a repressão aos movimentos sociais, o arrocho salarial e o ataque aos direitos dos trabalhadores e dos setores populares, a candidatura Tarso Genro representou uma derrota da direita gaúcha e abriu um enorme leque de expectativas e possibilidades por parte dos setores explorados, vendo ali oportunidade para alcançar objetivos e realizar conquistas.

Quando da composição do governo, todavia, juntaram-se o PDT que tinha o vice, Pompeo de Matos, na chapa encabeçada por Fogaça, (PMDB) e o PTB que ficou até o último dia no governo de Yeda Crusius. Com isto, formou-se um governo de coalizção com maioria na Assembléia Legislativa, mas que, por conta disso, deve enfrentar muitas dificuldades para implementar medidas necessárias de enfrentamento aos privilégios dos setores que, historicamente, com exceção do período do Governo Olívio Dutra, ocuparam o Estado no Rio Grande do Sul.

A demanda dos trabalhadores públicos, reprimida nos governos de Rigotto e Yeda, rapidamente aflorou e setores do funcionalismo passaram a pressionar o governo por avanços salariais, em boa parte atendidos pelo Governo neste primeiro ano de gestão.

Reconhecemos a legitimidade da luta pelo piso salarial nacional do magistério, uma reivindicação histórica, conquistada no Governo Lula, bem com a autonomia e o papel do sindicato nessa luta. Repudiamos, todavia, a forma sectária e agressiva com que está sendo conduzida. Ações anti-pedagógicas e autoritárias do movimento como as que ocorreram no processo de debate da reforma do ensino médio demonstraram a incapacidade de participar democraticamente do processo de transformação da educação no estado.

Na nossa opinião, apesar de inúmeros erros e equívocos, o governo Tarso conseguiu afirmar, nesse primeiro ano, parcela importante de seus compromissos com os(as) trabalhadores(as) em educação, com ações como a liberação dos membros da Direção, o abono das faltas das greves anteriores, a extinção do SAERS e dos pacotes pedagógicos, devolvendo o processo pedagógico ao protagonismo dos professores, a implantação do Sistema Estadual Articulado de Avaliação Participativa, a realização de conferência para debater, de forma democrática, a reestruturação do ensino médio.

Entendemos que a proposta de reajuste de 76,68% a ser integralizado no salário base da carreira, embora não esteja cumprindo a lei do piso, não pode ser desprezada, se considerado, ainda, a manutenção do compromisso de não alteração do plano de carreira. A política do tudo ou nada não contribui para o avanço da consciência de classe dos trabalhadores em educação.

Além destas medidas, reconhecemos outras adotadas pelo Governo Tarso que dialogam com o programa histórico da CUT, tais como, a retomada da recuperação do valor do salário mínimo regional, a luta pelo estancamento da privatização da água e o fortalecimento da CORSAN como empresa pública e estatal, a questão dos pedágios e o fortalecimento da UERGS.

Há, no entanto, outras questões que precisam ser melhor encaminhadas, como por exemplo, o debate sobre democracia participativa, a questão previdenciária e a questão do pedágios. Por fim, existem algumas outras ações ou inações da qual discordamos e entendemos que devam sofrer correções de rumo, como a manutenção da política de isenções fiscais, a questão da dívida pública, a péssima situação da saúde pública

sem a garantia constitucional de investimento dos 12% da RCL – Receita Corrente Líquida, além dos problemas na segurança pública que afetam diretamente a juventude e a classe trabalhadora.

Além disso, é fundamental que o governo implemente efetivamente um sistema de negociação coletiva com os servidores públicos, que busque não só a recuperação dos salários, mas também a melhoria das condições e, fundamentalmente, a democratização das relações de trabalho.

O nosso Estado vem batendo recordes na taxa de ocupação de mão-de-obra e em 2011 cresceu acima do PIB nacional, o que tem sido muito positivo. No entanto, precisamos ficar alertas para que a crise do capitalismo neoliberal que castiga a classe trabalhadora européia não se alastre e nos atinja. Para tanto, precisamos exigir dos governos federal e estadual, a manutenção da política anticíclica com a redução das taxas de juros e o aumento dos investimentos na produção, além do equacionamento adequado da questão do câmbio para evitar desindustrialização interna e, ao mesmo tempo, reduzir ainda mais as taxas de desemprego com elevação de rendimento para a classe trabalhadora para aquecer o mercado interno e gerar melhores condições de vida para o nosso povo.

Estratégia da CUT/RS

A CUT/RS deve ser uma central sindical que prega e pratica a autonomia e a independência de classe, princípios basilares do movimento sindical internacional. Isto significa que não pode e não deve se submeter nem ao Estado, nem a governos e nem a partidos políticos, estabelecendo com estes uma relação de plena autonomia, porém sabendo identificar quais, em função do projeto histórico da classe trabalhadora são aliados ou inimigos, buscando a superação de entraves conjunturais que, por vezes, antagonizam as posições de momento.

Assim precisamos saber definir as condições concretas e específicas em que cada luta se realiza para, ao mesmo tempo em que lutamos e alcançamos vitórias, possamos, no processo da luta de classes, elevar o nível de consciência da classe trabalhadora, visando, através da organização e da mobilização a alteração da correlação de forças para transformar a sociedade e superar a exploração, a miséria e a desigualdade social.

Queremos alertar que a defesa da autonomia e da independência, sem a referência clara num projeto de classe pode nos levar a sérios equívocos. Poderá ocorrer que, num lastimável erro de cálculo, venhamos a enfraquecer nossos aliados históricos e fortalecer nossos inimigos de classe, os quais, por vezes, se apresentam como “lobos vestidos de em peles de cordeiros”, e tão logo retomam posições de poder passam a atacar direitos e reprimir movimentos sociais e populares, nos levando a desacumular forças e retroceder em conquistas alcançadas. Vivemos esta situação em período recente no nosso Estado.

Isto não significa que não devamos pressionar e lutar para que aliados em determinadas posições nas estruturas de poder, sejam elas institucionais ou sociais, cumpram seus programas e atendam aos interesses imediatos e históricos da nossa classe. Se necessário, devemos ir à greve, com fazemos várias categorias, (bancários, petroquímicos e outros), lutando e conquistando vitórias, sem, no entanto, “queimar as pontes” que permitirão, passados os períodos de embate, retomar o rumo e o processo de acumulação política com base no projeto histórico, evitando o isolamento e o ostracismo.

Estamos adentrando um ano eleitoral e devemos informar e organizar o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras do Estado a se engajarem em candidaturas de partidos políticos que dialogam com o projeto estratégico da classe trabalhadora e da CUT, pois defendemos a plena participação política dos trabalhadores e trabalhadoras na disputa da renda e do poder. Somos contra a visão corporativa e míope de que os trabalhadores não devem fazer política porque isto interessa somente aos patrões e aos partidos de direita que estimulam seus quadros a ingressarem no cenário político e a lutarem pelos direitos da classe social que integram.

Propomos que questões apontadas em nossa tese de conjuntura estadual, tais como, democracia participativa, a questão previdenciária, a questão dos pedágios, a política de benefícios e isenções fiscais, a questão da

dívida pública, a péssima situação da saúde pública sem a garantia constitucional de investimento dos 12% da RCL – Receita Corrente Líquida, além dos problemas na segurança pública que afetam diretamente a juventude e a classe trabalhadora, dentre outras, integrem o Plano de Ação da CUT/RS aprovado neste Congresso. A Direção eleita da CUT/RS deverá convocar um seminário para debater estes temas e defini-los como uma pauta a ser apresentada para o Governo Tarso, por ocasião da próxima edição da MARCHA DOS SEM. Esta ação poderá colocar a CUT/RS na pauta dos grandes temas que assolam o povo gaúcho e ajudar, com a mobilização dos setores sociais e populares, a fazer avançar a luta e as conquistas do povo gaúcho.

Assinam a tese:

1. Rosane da Silva Executiva Nacional da CUT e Sindicatos do Couro e Sapateiro de Ivoti
1. Dary Beck Filho Executiva Nacional da CUT e Sindipetro RS
2. Juberlei Babelos Sindicato Bancários de Porto Alegre
3. Silvana Klein Sintrajufe-RS
4. Lauro Pinto do Amaral Sindimetal de Novo Hamburgo
5. Mauro Salles Machado Sindicato Bancários de Porto Alegre
6. Rachel Weber Sindicato Bancários de Porto Alegre
7. Manoel L.da S. Nascimento Sindicato Aeroviários do RS
8. Arnoni Hanke Fetrafi-RS
9. Antônio Carlos Piroti Contraf e Sindicato Bancários de Porto Alegre
10. Fernando Maia da Costa Sindipetro RS
11. Everton de Moraes Gimenez Sindicato Bancários de Porto Alegre
12. Itamar Dutra Sindicato Couro e Sapateiro Ivoti
13. Adão Araújo de Jesus Sindicato Couro e Sapateiro Ivoti
14. Antonio Augusto B. Borges Sindicato Bancários de Porto Alegre
15. Bino Kohler Sindicato Bancários do Litoral Norte
16. Breno Poyxestra Sindicato Couro e Sapateiro de Ivoti
17. Candido Machado Sindicato Bancários de Santa Cruz
18. Carmem N. Dalmaso Sindicato Bancários de Santo Ângelo
19. Célio Romeu dos Santos Sindicato Bancários de Porto Alegre
20. Daniela Sousa Sindicato Bancários de Porto Alegre
21. Dário Sidnei Delavy Sindicato Bancários de Passo Fundo
22. Deise Menezes Sindicato Bancários de Litoral Norte
23. Denise F. Corrêa Fetrafi – RS
24. Eduardo Munhoz Sindicato Bancários de Porto Alegre
25. Ernani Eloir Dietrich Sindicato Couro e Sapateiro Ivoti
26. Everton Gimenez Sindicato Bancários de Porto Alegre
27. Helmut Hol Sindicato Couro e Sapateiro Ivoti
28. Hilda Teixeira Sindicato Bancários de Rio Grande
29. Isis Garcia Marques Fetrafi-RS
30. João Rodrigues dos Santos Sindimetal de Novo Hamburgo
31. Jorge Vieira Fetrafi – RS
32. José Carlos P. de Oliveira Sintrajufe – RS
33. Julio Vivian Sindicato Bancários POA
34. Luis Gustavo Soares Sindicato Bancários POA
35. Mauro José Mânica Sindicato Bancários de Santo Ângelo
36. Sandro Cheiran Sindicato Bancários de Camaquã
37. Hélio R. Santos Libório Sindipetro RS
38. Jose F. Russo Osorio Sindipetro RS
39. Antônio Carlos Cadore Sindipetro RS
40. Gilson E.V. Fagundes Sindipetro RS
41. Orlando Gomes Franco Sindipetro RS

42. Francisco B. Braga Sindipetro RS
43. João Aloisio Sindipetro RS
44. Marco A. K. de Oliveira Sindipetro RS
45. Neide Maria Zanon Sindipetro RS
46. Carlos H. Niederauer Sindicato Bancários Passo Fundo
47. Antonio Sérgio Federici Sindicato Bancários Carazinho
48. Gabriel Nangelen Sindicato Bancários de Cruz Alta
49. Anélio J. R. de Freitas Sindipetro RS
50. Paulo Führ Sindicato Couro e Sapateiro Ivoti
51. Edio Inácio Vogel Sindicato Couro e Sapateiro Ivoti
52. Vanderli Ferreira Lopes STR Caibaté
53. Débora Marília Schumann Sindicato Couro e Sapateiro Ivoti
54. Genoveva Meinertz Hass STR Santo Cristo
55. Celso Ostwald STR XV de Novembro
56. Gilberto Coraza – Professor Santo Ângelo
57. João Schneider – Professor Santo Ângelo
58. Valdir Vian – Professor Santo Ângelo